

Balanço das Acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Realizadas no Ano Financeiro de 2019

Neste último ano, e apesar de Macau se ter debatido com um aumento de factores internos e externos de incerteza, com várias dificuldades e desafios complexos e com uma pressão descendente da economia, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) continuou a prosseguir as políticas orientadoras de «um País, dois sistemas» e «Macau governado pelas suas gentes» com alto grau de autonomia. Encarou os problemas e manteve uma conjuntura de crescimento através da estabilidade económico-social, concretizando, assim, os objectivos da estabilidade do emprego e da estabilidade em geral definidos nas linhas de acção governativa. Os trabalhos para a eleição do 5.º mandato do Chefe do Executivo foram concluídos com sucesso e estamos a cooperar plenamente no processo de constituição do novo Governo da RAEM. Acreditamos que a RAEM irá avançar com determinação rumo a uma nova era e em direcção a uma nova fase de desenvolvimento.

Elevação do bem-estar da população



Todos os cidadãos de Macau

Conta Individual de Previdência

Verba de activação única: 10.000 patacas (residente qualificado)

Verba adicional: 7.000 patacas (residente qualificado)

Plano de Comparticipação Pecuniária

10.000 patacas (residente permanente)

6.000 patacas (residente não permanente)

Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde

600 patacas/pessoa (residente permanente)

Subsídio de Nascimento

5.260 patacas (ambos os progenitores podem apresentar candidatura)

Subvenção do pagamento de tarifas de energia eléctrica para unidades habitacionais

200 patacas/mês (cada unidade habitacional)

Subvenção do pagamento de tarifas de água

Dar continuidade

Atribuição do benefício de tarifas de autocarro para todos os cidadãos

Dar continuidade (destinado aos idosos, estudantes e portadores de deficiência)

Contribuição Predial urbana

Isenção até 3.500 patacas (residente de Macau)

Isenção do pagamento do Imposto do Selo sobre a transmissão de imóveis

Até 3 milhões de patacas, apenas para unidades habitacionais (residente permanente que não seja proprietário de imóveis)

Incentivo ao aumento da oferta no mercado de arrendamento de imóveis

Redução de 8% da taxa de contribuição predial urbana dos prédios arrendados



Portadores de deficiência

Subsídio de invalidez

9.000 patacas/ano (normal)

18.000 patacas/ano (especial)

Portadores de deficiência qualificados que sejam trabalhadores por conta de outrem

Atribuição de subsídio até 5.000 patacas/mês

Empregadores de trabalhadores deficientes

Dedução à colecta do imposto complementar de rendimentos ou do imposto profissional, no valor de 5.000 patacas por cada um desses trabalhadores contratados

Incentivo ao emprego

Aumento do valor do rendimento anual isento do imposto profissional dos trabalhadores portadores de deficiência que reúnam as condições para 198.000 patacas



Estudantes

Ensino não superior: subsídio para aquisição de manuais escolares

3.400 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino secundário)

2.900 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino primário)

2.300 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino infantil)

Estudantes provenientes de famílias com dificuldades económicas

Subsídio para pagamento de propinas:

9.000 patacas/ano lectivo (ensino secundário complementar)

6.000 patacas/ano lectivo (ensino secundário geral)

4.000 patacas/ano lectivo (ensinos infantil e primário)

Subsídio de alimentação:

3.800 patacas/ano lectivo

Subsídio para aquisição de material escolar:

3.250 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino secundário)

2.500 patacas/ano lectivo (estudantes dos ensinos infantil e primário)

Ensino superior: subsídio para aquisição de material escolar

3.300 patacas (residente de Macau)

Subsídio de propinas para estudantes de Macau que frequentem o ensino em Guǎngdōng

6.000 patacas (ensinos secundário e primário)

8.000 patacas (ensino infantil)



Famílias em situação vulnerável

Índice mínimo de subsistência

4.230 patacas/agregado familiar composto por uma pessoa

Apoio financeiro

Atribuição às famílias beneficiárias do subsídio do apoio financeiro de uma prestação adicional única, de valor correspondente ao montante total do subsídio

Apoio especial para a manutenção de vida aos três tipos de famílias em situação vulnerável

Dar continuidade

Subsídio especial atribuído através do Programa de Inclusão e Harmonia na Comunidade

Dar continuidade

Plano de Apoio Alimentar de Curto Prazo

Dar continuidade

Famílias arrendatárias de habitações sociais

Isenção da renda

Plano Provisório de Atribuição de Abono de Residência Destinado aos Agregados familiares que se Encontrem na Lista de Espera de Habitação Social

Dar continuidade

Subvenção aos trabalhadores por conta de outrem, a tempo inteiro, com baixos rendimentos

Atribuição de montante até 5.000 patacas/mês

Projecto de Serviço sobre a Vida Positiva e Plano de Apoio Comunitário ao Emprego

Dar continuidade



Idosos

Subsídio para idosos

9.000 patacas/ano

Pensão para idosos

3.630 patacas/mês

Incentivo ao emprego

Aumento do valor do rendimento anual isento do imposto profissional dos trabalhadores idosos com idade superior a 65 anos para 198.000 patacas

Lembrete para os idosos

Subsídio para idosos 9.000 patacas
Pensão para idosos 3.630 patacas x 13 meses
Plano de Comparticipação Pecuniária 10.000 patacas
Verba adicional injectada na conta individual de previdência 7.000 patacas

Cada idoso poderá receber 73.190 patacas durante o ano (cerca de 6.099 patacas por mês)
Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde 600 patacas



Trabalhador • Grupo social com rendimentos médios

Imposto profissional

Manutenção da redução de 30%, com o limite de isenção em 144.000 patacas

Devolução do imposto

Devolução de 60% do imposto profissional do ano 2019 aos residentes de Macau que efectuaram o pagamento do imposto, com o limite máximo de devolução de 14.000 patacas (o montante em causa será devolvido em 2021)



Agentes dos sectores industrial e comercial e outros beneficiários

- Manutenção do valor da matéria colectável a beneficiar de isenção de imposto complementar de rendimentos em 600.000 patacas
- Isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração de vendilhões, da renda das bancas dos mercados, da taxa de inspecção sanitária dos produtos frescos e animais vivos, do imposto do selo sobre as apólices de seguro, incluindo o seguro de vida, do imposto do selo sobre as operações bancárias e do imposto do selo sobre leilões
- Isenção da taxa de licenciamento para afixação de material de propaganda das unidades comerciais (excepto a publicidade ao tabaco) e do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração
- Isenção do pagamento do imposto do selo sobre os bilhetes de entrada e de assistência pessoal a espectáculos, exposições e diversões
- Dedução adicional para as despesas de investigação
- Isenção do imposto complementar de rendimentos sobre o rendimento proveniente do investimento em obrigações de autoridades do Interior da China e de empresas estatais comercializadas em Macau, bem como a isenção do imposto do selo sobre a emissão e aquisição dessas obrigações
- Isenção de imposto sobre os rendimentos obtidos nos Países de Língua Portuguesa

Balanço das Acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Realizadas no Ano Financeiro de 2019

Aperfeiçoamento das políticas e medidas de melhoria da vida da população

Planeamento urbanístico

- Conclusão das obras de aterro das Zonas A e E1 dos Novos Aterros
- Constituída a empresa Macau Renovação Urbana, S.A., e início da consulta pública sobre o regime jurídico da renovação urbana
- Início, nos termos da lei, do registo dos candidatos qualificados para a compra de habitação para troca
- Empenho na recuperação de terrenos desaproveitados e no aumento da reserva de terrenos



Habitação

- Conclusão da revisão do «Regime jurídico da habitação social» e da definição do mecanismo de candidatura
- Abertura em breve das candidaturas para a habitação económica
- Início da concepção de projectos de 4 lotes para habitação económica e de 1 lote para habitação social da primeira fase da Zona A
- Retomadas as obras da Habitação Social de Mong-Há
- Conclusão do estudo das obras de construção de habitação pública na Avenida Wai Long na Taipa



Educação • Juventude

- Optimização do regime da escolaridade gratuita de 15 anos, aumento contínuo do financiamento educativo
- Reforço na generalização do ensino científico no âmbito da educação para promover junto dos estudantes o conceito de inovação
- Conclusão da 3.ª fase do «Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo»
- Optimização dos projectos de financiamento do Fundo do Ensino Superior, potenciando as funções do Conselho do Ensino Superior
- Realização da actividade «Caminhar juntos para uma nova era», aprofundando o estreitamento da proximidade entre os jovens e a Pátria
- Lançamento do Programa de visitas de aprendizagem à China Interior e do Programa de jovens dedicados ao combate à pobreza, etc.



Cuidade de saúde • Desporto

- Criação da Academia Médica de Macau
- Entrada em funcionamento do Hospital de Reabilitação de Ká-Hó
- Os centros de saúde da Rua da Praia do Manduco e de Seac Pai Van serão construídos de forma ordenada
- Lançamento do «Programa Piloto de Prótese Dentária para Idosos»
- O Centro de Formação e Estágio de Atletas entrará brevemente em funcionamento



Impulsão ordenada da construção urbana

Cidade segura

- Criação da «Comissão de Defesa da Segurança do Estado», organizando mais uma vez a «Exposição de Educação sobre a Segurança Nacional»
- Publicação da «Lei da cibersegurança» e aprovação na generalidade pela Assembleia Legislativa da «Lei de bases de protecção civil»
- Publicação da implementação do «Plano decenal de prevenção e redução de desastres em Macau (2019-2028)»
- Macau possui 17 centros de abrigo, 4 locais de concentração e locais para evacuação de emergência
- Divulgação da primeira fase da avaliação ambiental do estudo da viabilidade do planeamento geral das obras da barragem do Porto Interior
- Empenho na construção da terceira interligação de transmissão eléctrica Guangdong-Macau
- Entrada em funcionamento da quarta conduta de abastecimento de água de Zhuhai a Macau

Tecnologia • Cidade inteligente

- Criação do «Grupo Especializado para o Desenvolvimento da Inovação, da Tecnologia e da Cidade Inteligente»
- Arranque do projecto de lançamento do primeiro satélite científico de Macau
- Apoio ao desenvolvimento dos quatro Laboratórios de Referência do Estado
- Grande impulso do pagamento móvel



Trânsito

- Aumento do número de táxis, até este ano, para 1.800 táxis
- Elaboração da «Lei do Sistema de Transporte de Metro Ligeiro» e a constituição da Sociedade do Metro Ligeiro de Macau
- A linha da Taipa do Metro Ligeiro entrará em funcionamento brevemente
- Conclusão das obras de ligação da Travessia Pedonal junta da Rotunda do Estádio na Taipa à Estação de Metro Ligeiro

Protecção ambiental

- Reforço da protecção das zonas húmidas do mangal, alargando os espaços arborizados ao longo do litoral
- Promoção do uso de veículos eléctricos amigos do ambiente
- «Restrições ao fornecimento de sacos de plástico» entrará brevemente em vigor
- Preparativos da construção das instalações de tratamento centralizado de resíduos alimentares
- Envio, a título experimental, de veículos abatidos de Macau para o Interior da China, para tratamento de reciclagem de recursos



Cultura

- Realização de eventos culturais como a «Arte Macau»
- Construída a Biblioteca de Seac Pai Van e a Casa Memorial de Xian Xing Hai
- Promoção do desenvolvimento conjunto da criatividade cultural com os bairros comunitários



Reforço da capacidade da administração pública

Construção do regime jurídico

- Alteração da lei relativa ao respeito e protecção das Bandeiras e Emblemas Nacionais e Regionais
- Produção legislativa com prioridade à área relacionada com a vida da população



Serviços públicos

- Criação do Instituto para os Assuntos Municipais
- Estabelecimento do Centro de Serviços da RAEM das Ilhas
- Implementação do modelo de «Balcão Único»
- Criação do Centro de Actividades para os Trabalhadores dos Serviços Públicos



Balanço das Acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Realizadas no Ano Financeiro de 2019

Impulso ao desenvolvimento estável da economia

Jogo • Turismo

- Prorrogação, por mais dois anos, dos prazos de dois contratos de concessão e subconcessão da exploração do jogo, com vista a uniformizar o termo do prazo das concessões até ao ano de 2022
- Dar-se continuidade ao incentivo das operadoras do jogo para explorar mais elementos para além do jogo
- Exploração de novas rotas marítimas, lançando a rota «Passeio Marítimo em Macau».
- Aprofundamento do desenvolvimento de Macau enquanto Cidade de Gastronomia



Indústrias diversificadas

- Introdução de grandes e de qualidade projectos de convenções e exposições para Macau
- Criada, no Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong e Macau, a base de incubação, com funções de investigação das empresas, sede e comércio, registadas com 159 empresas e celebrados contratos para a instalação de 76 empresas
- Lançamento do novo «Programa Específico de Apoio Financeiro para a Criatividade Cultural nos Bairros Comunitários»
- Promoção da construção do «Centro de Compensação em RMB para os Países de Língua Portuguesa»
- Promoção da construção da «Plataforma de prestação de serviços financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa»



Pequenas e médias empresas

- Optimização do regime da concessão de licenças vigente
- Continuação do impulsionamento ao «Plano de apoio à Remodelação das Marcas das Lojas Antigas Típicas de Macau»
- Lançamento do «Seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas», do «Plano de apoio financeiro a conceder no âmbito do seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas» e do «Regime do Seguro de Créditos para a Importação, Exportação e Trânsito de Mercadorias»
- Promoção da nova fase de captação de investimento para o Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau em Hengqin



Garantia de emprego

- Cumprimento da promessa de não importação de croupiers não residentes
- Impulsionamento do avanço do processo legislativo de alteração da «Lei das Relações de Trabalho», sugerindo a criação da licença de paternidade remunerada, a actualização da licença de maternidade remunerada e a introdução de meios de tratamento quando os dias de descanso semanal coincidem com feriados
- Aprovação na generalidade pela Assembleia Legislativa da proposta de lei intitulada «Salário mínimo para os trabalhadores»
- Reforço da formação profissional, aumentando a competitividade dos residentes



Cooperação regional

- Melhor articulação com as «Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau», integrando a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau no plano quinquenal de desenvolvimento da RAEM
- Organização, em conjunta e sucessivamente em Macau, Hong Kong e no Japão, pelos Governos de Guangdong, Hong Kong e RAEM, a «Sessão de Divulgação sobre as Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau» e a «Sessão de Promoção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau»
- Início do exercício de jurisdição sobre o posto fronteiriço de Hengqin (posto de Macau e adjacências)
- Participação na segunda edição do Fórum para a cooperação internacional «Uma Faixa, Uma Rota» do Estado e na segunda edição da Exposição de Importação Internacional realizada em Xangai
- Realização da «Cimeira sobre a construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Macau, apoiada pelas Empresas Estatais Chinesas 2019»
- O Complexo da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa entrará em funcionamento brevemente

ORÇAMENTO ORDINÁRIO INTEGRADO DA RAEM PARA O ANO ECONÓMICO DE 2020

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2020 Proposta	DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2020 Proposta
RECEITAS CORRENTES	116,812,231,700.00	Contribuições para regimes de protecção social	79,542,600.00
Impostos directos	9,236,952,800.00	Outras receitas correntes	56,796,100.00
Impostos indirectos	4,976,004,700.00	RECEITAS DE CAPITAL	5,885,053,800.00
Taxas, multas e outras penalidades pecuniárias	1,589,175,200.00	Venda de instalações e equipamentos	173,777,600.00
Rendimentos da propriedade	706,623,900.00	Activos financeiros	757,420,300.00
Receitas das concessões	98,626,363,500.00	Venda de acções e outras participações	202,000.00
Receitas financeiras	409,541,500.00	Outras receitas de capital	4,953,653,900.00
Venda de bens e serviços	878,906,300.00		
Transferências	252,325,100.00	Receita do orçamento ordinário integrado	122,697,285,500.00

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2020 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2020 Proposta
Governo da RAEM	21,957,900.00	Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio	12,847,900.00
Gabinete do Chefe do Executivo	349,105,400.00	Delegação Económica e Cultural de Macau	18,141,500.00
Conselho Executivo	29,907,600.00	Direcção dos Serviços do Ensino Superior	118,632,300.00
Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça	49,004,700.00	Plano de investimentos e despesas de desenvolvimento da administração	11,971,033,500.00
Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças	52,027,300.00	Pensões e Reformas	7,570,400.00
Gabinete do Secretário para a Segurança	41,510,800.00	Despesas Comuns	21,758,866,500.00
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura	73,789,500.00	Consignações, comparticipações e transferências orçamentais	6,871,130,200.00
Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas	29,700,500.00	Serviços de Saúde	9,069,752,200.00
Polícia Judiciária	1,173,144,900.00	Instituto de Acção Social	3,939,355,600.00
Direcção dos Serviços de Finanças	623,794,500.00	Imprensa Oficial	102,062,700.00
Direcção dos Serviços de Economia	255,046,400.00	Instituto de Habitação	527,484,000.00
Direcção dos Serviços de Identificação	312,343,900.00	Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	759,117,100.00
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	210,044,700.00	Autoridade de Aviação Civil	98,059,700.00
Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	94,644,400.00	Instituto Politécnico de Macau	929,890,400.00
Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos	307,224,700.00	Universidade de Macau	2,851,491,800.00
Direcção dos Serviços de Turismo	374,360,100.00	Cofre dos Assuntos de Justiça	221,674,000.00
Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	496,077,100.00	Conselho de Consumidores	53,071,700.00
Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	517,210,500.00	Instituto de Formação Turística de Macau	459,240,000.00
Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	494,330,400.00	Obra Social da Polícia de Segurança Pública	60,733,600.00
Gabinete de Comunicação Social	170,537,400.00	Obra Social do Corpo de Bombeiros	9,214,700.00
Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos	177,853,900.00	Comissariado da Auditoria	179,889,000.00
Conselho dos Magistrados Judiciais	217,400.00	Gabinete do Procurador	485,780,700.00
Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	308,030,400.00	Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância	711,991,100.00
Serviços de Polícia Unitários	55,139,500.00	Comissariado Contra a Corrupção	384,427,200.00
Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	3,052,576,400.00	Assembleia Legislativa	203,706,300.00
Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental	1,016,480,700.00	Obra Social dos Serviços de Alfândega	3,976,100.00
Comissão de Desenvolvimento de Talentos	16,383,700.00	Obra Social da Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	2,342,800.00
Comissão de Perícia do Erro Médico	8,951,900.00	Obra Social da Polícia Judiciária	7,341,100.00
Centro de Mediação de Litígios Médicos	3,245,200.00	Instituto para os Assuntos Municipais	3,350,674,700.00
Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional	81,990,000.00	Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	2,235,056,700.00
Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas	71,672,300.00	Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	2,095,800.00
Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa	231,714,700.00	Fundo de Acção Social Escolar	386,754,900.00
Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético	40,815,700.00	Fundo do Desporto	947,929,600.00
Gabinete de Informação Financeira	39,922,100.00	Fundo de Cultura	444,374,100.00
Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais	54,921,500.00	Fundo de Turismo	884,702,500.00
Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos	74,569,400.00	Fundo Social da Administração Pública de Macau	50,927,500.00
Instituto Cultural	1,123,206,500.00	Fundo Correccional	7,050,200.00
Instituto do Desporto	246,883,700.00	Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia	448,387,000.00
Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa	12,617,300.00	Fundo de Desenvolvimento Educativo	803,663,900.00
Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	5,985,857,200.00	Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	11,722,000.00
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	7,582,453,100.00	Fundo de Reparação Predial	49,140,300.00
Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	1,050,079,500.00	Fundo dos Pandas	3,696,300.00
Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da União Europeia, em Bruxelas	4,867,900.00	Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética	13,930,900.00
Direcção dos Serviços Correccionais	702,960,600.00	Fundo das Indústrias Culturais	244,799,100.00
Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim	27,226,000.00	Fundo de Garantia de Créditos Laborais	26,263,800.00
Serviços de Alfândega da Região Administrativa Especial de Macau	1,074,318,600.00	Fundo do Ensino Superior	238,575,300.00
		Despesa do orçamento ordinário integrado	100,689,286,600.00

Saldo do Orçamento Ordinário Integrado

Saldo do orçamento central	20,788,333,300.00	Saldo do orçamento ordinário integrado	22,007,998,900.00
Saldo da execução orçamental dos organismos autónomos	1,219,665,600.00	Despesa e saldo do orçamento ordinário integrado	122,697,285,500.00

ORÇAMENTO AGREGADO E ORÇAMENTO AGREGADO DE INVESTIMENTO DOS ORGANISMOS ESPECIAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2020

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2020 Proposta	DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2020 Proposta
RECEITAS CORRENTES	20,708,789,200.00	Venda de bens e serviços	557,773,800.00
Taxas, multas e outras penalidades pecuniárias	664,320,200.00	Transferências	6,875,601,200.00
Rendimentos da propriedade	90,297,000.00	Contribuições para regimes de protecção social	1,888,869,200.00
Receitas das concessões	3,131,424,000.00	Outras receitas correntes	13,179,000.00
Receitas financeiras	7,487,324,800.00	Receita do orçamento agregado dos organismos especiais	20,708,789,200.00

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2020 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2020 Proposta
Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações	628,149,300.00	Fundação Macau	3,016,734,300.00
Caixa Económica Postal	70,861,900.00	Fundo de Garantia de Depósitos	3,387,100.00
Fundo de Pensões	2,887,045,900.00	Despesa do orçamento agregado dos organismos especiais	15,259,866,400.00
Autoridade Monetária de Macau	3,104,719,800.00	Resultado líquido do exercício dos organismos especiais	5,448,922,800.00
Fundo de Segurança Social	5,540,033,200.00	Despesa do orçamento agregado e resultado líquido do exercício dos organismos especiais	20,708,789,200.00
Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	8,934,900.00		

Despesa do orçamento agregado de investimento dos organismos especiais

Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações	112,738,000.00	Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	-
Caixa Económica Postal	-	Fundação Macau	668,927,900.00
Fundo de Pensões	930,000.00	Fundo de Garantia de Depósitos	-
Autoridade Monetária de Macau	142,524,600.00	Despesa do orçamento agregado de investimento dos organismos especiais	950,180,500.00
Fundo de Segurança Social	25,060,000.00		

Prioridades da acção governativa das diversas áreas

Administração e Justiça

A área da Administração e Justiça tem pautado a sua acção sob os lemas de governação “ter por base a população” e “tomada de decisão política baseada em critérios científicos”, atendendo ao posicionamento de desenvolvimento “um centro, uma plataforma, uma base”. Como eixo principal, pretende-se a reforma da Administração Pública e do regime jurídico, e como núcleo, a promoção das condições de vida da população, implementando o Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, a fim de formar uma base sólida para a concretização do objectivo das linhas de acção governativa “desenvolvimento económico e melhoria das condições de vida da população”.

No domínio da Administração Pública

- Foram reestruturados faseadamente 33 serviços e entidades públicos, dos quais foram extintos sete. Ao mesmo tempo, em cumprimento pleno do disposto no Anexo I da Lei Básica de Macau, foi criado, em 1 de Janeiro de 2019, o Instituto para os Assuntos Municipais.
- Foram reestruturados 15, extintos três e criados dois organismos consultivos, sendo regulamentados o número de cargos acumulados de todos os membros dos organismos consultivos e o mandato máximo no mesmo organismo consultivo.
- Com os esforços das várias áreas, foram concretizados os projectos programados no Planeamento Geral do Governo Electrónico da Região Administrativa Especial de Macau 2015 – 2019. Até ao momento, mais de 160 serviços públicos prestados contam já com a implementação da electronização a diferentes níveis.
- Foram lançados o Regulamento Administrativo intitulado Serviços Electrónicos e a “Conta única de acesso comum aos serviços públicos da RAEM” e a sua aplicação para telemóveis.
- Promoveu-se a reforma contínua do regime da função pública, procedendo-se à revisão plena do regime de responsabilização dos dirigentes. Visando prestar serviços de fácil acesso aos cidadãos, com alto grau de eficiência, integridade e regulamentação, bem como reforçar a consciência sobre a situação global, o combate à corrupção e o respeito pela lei, introduziram-se mecanismos de reforço da qualidade, em geral, da equipa dos trabalhadores dos serviços públicos.
- Foi concluída a construção do centro temporário de computação em nuvem “Piloto de computação em nuvem”, tendo sido planeada a plataforma em nuvem exclusiva, plataforma de megadados e plataforma aberta de partilha de dados pertencentes ao Governo da RAEM. Até finais de 2019, prevê-se estarem concluídas as instalações do centro de computação em nuvem “produção em nuvem”.
- Com o forte apoio do Governo Popular Central, 144 países ou regiões concederam isenção de visto ou de visto à chegada aos titulares do passaporte da RAEM, ocupando os 40 primeiros lugares no ranking internacional.
- Foi procedida a alteração às normas relativas a eleição. As eleições da sexta Assembleia Legislativa e do Chefe do Executivo do quinto governo foram concluídas com sucesso.



No domínio da Justiça

- Com a promoção activa da coordenação da produção legislativa, foram elaboradas e implementadas as Orientações sobre os circuitos operacionais internos relativos ao mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa e as Regras de legística formal a observar na elaboração das leis.
- Entre 2015 e 2019, foram entregues 84 propostas de lei à Assembleia Legislativa para apreciação e elaborados 163 regulamentos administrativos.
- Em relação à concretização da legislação complementar da Lei Básica de Macau, foram elaboradas ou revistas a lei relativa à Utilização e protecção da bandeira, emblema e hino nacionais, a Lei de bases de gestão das áreas marítimas e a Lei de Bases da Organização Judiciária; foi reforçada a revisão e aperfeiçoamento das leis e diplomas legais de natureza atinente à vida da população; procedeu-se oportunamente à revisão e alteração dos principais Códigos; foram efectuados trabalhos de recensão e adaptação de diplomas legais, tendo alcançado resultados faseados.
- Foi elaborado um plano quinquenal de divulgação jurídica e, prosseguindo a linha de acção “Promoção pelo Governo e participação de todos”, foram desenvolvidos, de forma contínua, diversos trabalhos de divulgação jurídica sobre a Constituição, a Lei Básica e outros diplomas legais, de acordo com as diferentes especificidades em termos de idade e sector.
- Tendo em conta as necessidades de funcionamento dos dois órgãos judiciais, realizaram-se, de forma ordenada, acções de formação para ingresso nas magistraturas e na carreira de oficial de justiça.
- Efectuaram-se, de forma activa, negociações com outros países e regiões, nomeadamente os países ao longo de “Uma Faixa, uma Rota” e os países lusófonos, relativas ao acordo de cooperação judiciária.
- Para continuar a impulsionar a cooperação inter-regional em matéria de assuntos jurídicos e articular com a estratégia de desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, procedeu-se à pesquisa sobre a construção do mecanismo de troca de informações jurídicas e do mecanismo de divulgação jurídica mútua na Grande Baía.

No domínio dos Assuntos Municipais

- A rede de serviços comunitários tem vindo a ser ampliada, as instalações cívicas e municipais têm sido optimizadas, foi criado o Centro de Serviços da RAEM das Ilhas e implementada a utilização plena do modelo de “Balcão Único” para tratamento de serviços municipais.
- Procedeu-se ao reforço da supervisão dos trabalhos municipais e foi lançada a plataforma de apresentação imediata de opiniões “IAM em Contacto”.
- Aperfeiçoaram-se os critérios de segurança alimentar, foram recolhidas anualmente oito mil amostras na média, a taxa de aprovação excedeu os 99%.
- Para a construção de uma cidade propícia para habitar e visitar, tem-se melhorado o ambiente rodoviário, remodelado o sistema de drenagem, promovido a arborização urbana, bem como reforçado a conservação ecológica.
- Promoveu-se o espírito de boa vizinhança e auxílio mútuo, divulgou-se a vida com cortesia, promovendo o desenvolvimento comunitário harmonioso.

Economia e Finanças

Metas iniciais sempre em mente, desenvolvimento da economia para melhoria da qualidade da vida da população e promoção da diversificação adequada e do desenvolvimento sustentável do tecido económico.

Ao longo dos últimos cinco anos, os trabalhos governativos na área da Economia e Finanças têm vindo a ser desenvolvidos no cumprimento escrupuloso do posicionamento de desenvolvimento de “um Centro, uma Plataforma”, em torno do mote “atender às necessidades do País e potencializar as vantagens de Macau”, aproveitando-se as oportunidades importantes derivadas da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, entre outros projectos, em prol da criação de um sistema industrial moderno com competitividade a nível internacional, adoptando-se uma estratégia de “caminhar com ambas as pernas”, que visa aumentar a capacidade própria e reforçar a cooperação regional, no sentido de valorizar as vantagens singulares do território, reforçar a sua resiliência económica e fomentar o desenvolvimento qualitativo das indústrias locais.

Promoção do desenvolvimento estável da economia, registando-se os primeiros resultados positivos na diversificação adequada da economia

- Progresso na diversificação da estrutura industrial;
- Aumento, em cerca de 30%, das receitas dos principais sectores não jogo;
- Acrescimento, de 20%, do valor acrescentado bruto das indústrias emergentes;
- Aumento das actividades não jogo desenvolvidas pelas operadoras de jogo e das exercidas nas instalações das mesmas;
- Melhoramento da estrutura de emprego e aumento dos rendimentos dos residentes;
- Manutenção da taxa de desemprego em baixo nível.

Integração no grande contexto do desenvolvimento nacional e aceleração da construção de “Um Centro, Uma Plataforma”

- Participação activa na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau;
- Progresso na construção do Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau, em Hengqin;
- Actualização do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau em todas as vertentes;
- Promoção contínua da construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e dos seus “Três Centros”, valorizando o seu papel de ponte;
- Realização, bem-sucedida, da 5.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau e construção acelerada do “Complexo de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”;
- Aproveitamento máximo da Reserva Financeira em prol da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”.

Promoção do crescimento das principais indústrias emergentes em prol do aperfeiçoamento da estrutura industrial

- Optimização das medidas políticas, promovendo o desenvolvimento e melhoramento da qualidade da indústria de convenções e exposições com “Prioridade dada às Conferências”;
- Empenho no fomento da construção do “Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau”, dando apoio à promoção da normalização, mercantilização e internacionalização da indústria da medicina tradicional chinesa;
- Promoção do sector financeiro com características próprias e construção da “Plataforma de Prestação de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa”.

Reforço dos trabalhos de fiscalização e da instituição de regimes jurídicos, promovendo o desenvolvimento ordenado do sector do jogo.

- Conclusão do trabalho de revisão intercalar do sector do jogo, dando acompanhamento aos trabalhos e problemas respeitantes;
- Controlo rigoroso da dimensão do sector do jogo, aperfeiçoando continuamente a instituição do regime jurídico relevante, promovendo a exploração das actividades de jogo, de acordo com a lei;
- Promoção do desenvolvimento coordenado entre as actividades do jogo e as correlativas não-jogo, fomentando o desenvolvimento estável do sector do jogo.

Medidas multifacetadas para promover a inovação e o melhoramento da qualidade do desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PME)

- Melhoramento contínuo das diversas medidas de apoio às PME;
- Estímulo às PME na utilização dos meios de pagamento electrónico para alargar o leque de clientela e elevar a eficácia operacional;
- Apoio às lojas antigas típicas de Macau na remodelação das suas marcas e na inovação do seu desenvolvimento;
- Lançamento da actividade de “entrega de serviços ao domicílio”, proporcionando às PME serviços mais convenientes;
- Incentivo à inovação de investigação e de desenvolvimento empresariais através do lançamento de medidas de benefícios fiscais.

Apoio à inovação, empreendedorismo e empregabilidade dos jovens, mediante o reforço da comunicação e do intercâmbio com os mesmos.

- Aperfeiçoamento contínuo e implementação eficaz do “Plano de Apoio a Jovens Empreendedores”;
- Criação do “Centro de Incubação de Negócios para os Jovens” para prestação de serviço de apoio mais abrangente;
- Melhoramento do “Programa de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa”, valorizando as funções da plataforma do “Centro de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa” em Macau;
- Aprofundamento contínuo da cooperação inter-regional em empreendedorismo jovem, prestando aos jovens apoio mais diversificado no âmbito da criação de negócios;
- Optimização contínua dos serviços de aconselhamento de emprego e da formação profissional para elevar a competitividade dos jovens.

Incentivo à construção da equipa de quadros qualificados para os vários sectores, ajudando os residentes a reforçarem a sua empregabilidade, incentivando a ascensão profissional e a mobilidade horizontal dos mesmos.

Intensificação das actividades promocionais, de sensibilização e de fiscalização sobre a segurança e saúde ocupacional.

Optimização da gestão das finanças públicas e dos assuntos tributários, assegurando a segurança e a estabilidade financeira.

Aperfeiçoamento do sistema de indicadores estatísticos em consonância com a evolução temporal.

Melhoramento dos serviços prestados, facilitando a vida dos residentes e dos empresários.

Fomento da instituição de regimes e reforço da consciência sobre os valores íntegros.

Segurança

Durante o quarto Governo da RAEM, a área de segurança orientou-se de forma inovadora e progressista por um novo conceito de policiamento, construindo uma rede de protecção de segurança de Macau bastante resistente, acompanhada de uma visão mais holística, tendo por objectivo o desenvolvimento sustentável e estável da sociedade.

Defesa da segurança do Estado

- Apoiou-se a constituição e integrou-se a Comissão de Defesa da Segurança do Estado, implementando e executando a lei, respondendo com eficiência aos desafios da segurança nacional.
- A exposição sobre a educação da segurança nacional obteve uma resposta entusiástica, a Lei da Cibersegurança foi aprovada, avançando com a divulgação e sensibilização e a legislação.

Construção do novo modelo de policiamento

- Inovou-se um modelo de promoção da cooperação entre polícia e cidadão, reforçando o apoio da população, reduzindo gradualmente os crimes que a afectam.
- Lançou-se o programa “Polícia e cidadão a mesma missão”, abrindo novas portas à interacção tradicional, estreitando gradualmente as relações entre polícia e o cidadão.

Garantia da estabilidade social

- Inovou-se uma taxa “zero” ou uma casuística muito baixa de casos de criminalidade grave, a segurança em geral oferece estabilidade e obtivemos bons resultados nos trabalhos de informação financeira.
- Procedeu-se a acções de fiscalização contra os grupos de câmbio ilegal, combatendo os crimes de usura, controlando constantemente os crimes relacionados com o jogo.

Gestão inovadora da protecção civil

- Implementaram-se racionalmente várias tarefas de inovação, deu-se uma resposta eficaz ao tufão “Mangkhut”. Promoveu-se de forma continuada a melhoria do sistema jurídico da protecção civil.
- Concluiu-se a criação do sistema de comando de emergências, pondo em prática a sua aplicação e elevando a eficiência de controlo de emergências.

Promoção do uso da ciência e tecnologia para fortalecer o trabalho policial

- Funcionamento faseado do sistema “Olhos no céu”, ajudando a polícia a resolver vários crimes. O teste da actualização das funções decorrerá em breve.
- Melhoria constante das técnicas de apoio à investigação criminal, melhorando a sua eficácia, e criação do sistema de policiamento inteligente.

Salvaguarda da segurança fronteiriça

- Conseguiram-se efeitos notórios no combate à imigração ilegal, estabelecendo-se equipas de resposta rápida e assegurando eficazmente a segurança marítima.
- Implementou-se um novo modelo de passagem fronteiriça, acelerando-se a construção do posto fronteiriço e melhorou-se a eficácia da inspecção da segurança do posto fronteiriço.

Controlo do risco de segurança

- Realização regular de simulacros em grande escala, mantendo uma consciência de alerta permanente e melhorando constantemente a capacidade de resposta.
- Aperfeiçoamento gradual da gestão das substâncias perigosas e domínio do fluxo, encontrando-se em elaboração de uma nova lei.

Construção da equipa policial moderna

- Gestão disciplinar “Alarme da polícia sempre soa”, aplicação rigorosa da lei e disciplina, desenvolvimento atempado do regime de pessoal.
- Preocupação com o desenvolvimento físico e psicológico do pessoal e promoção de análises e de estudos, construindo uma cultura policial moderna.

Aperfeiçoamento das garantias do sistema jurídico

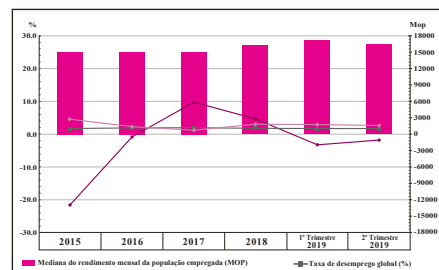
- O Corpo de Bombeiros assumiu funções na área da segurança dos combustíveis. Assunção de atribuições no âmbito da informação financeira. Revisão de diplomas dos serviços para o cumprimento das novas atribuições.
- Em resposta às dinâmicas e novas tendências da criminalidade, promoveu-se a revisão de vários regimes jurídicos, visando a dotação oportuna de capacidades de reforço da prevenção e de controlo.

Aperfeiçoamento na administração penitenciária

- Integração das funções de recuperação e de correcção, reformulando o regime legal e garantindo o funcionamento independente de cada uma das duas áreas.
- Reforço da prevenção e do controlo da segurança no estabelecimento prisional e aperfeiçoamento da fiscalização da administração penitenciária, área em que a adopção de uma gestão flexível alcançou efeitos positivos.

Aprofundamento do trabalho destinado aos jovens

- Articulação com as políticas voltadas para a juventude, implementadas pelo Governo, aperfeiçoando o plano de formação dos jovens e melhoramento contínuo de educação eficaz.
- Estabelecimento de mecanismos de comunicação permanente, designadamente predispondo-se à realização de acções de diálogo franco com a juventude, a fim de melhor conhecer as suas ideias e necessidades.



Taxa de crescimento económico, taxa de inflação, taxa de desemprego e mediana do rendimento mensal do emprego (2015 - 2º Trimestre 2019)



Operação “Trovoada 19” realizada pelos Serviços de Polícia Unitários, Serviços de Alfândega, Corpo de Polícia de Segurança Pública e Polícia Judiciária

Prioridades da acção governativa das diversas áreas

Assuntos Sociais e Cultura

Nos últimos cinco anos, a área dos Assuntos Sociais e Cultura tem implementado, activamente, os objectivos governativos determinados no Plano Quinquenal de Desenvolvimento e tem obtido progressos importantes na segurança social, saúde, educação, turismo, cultura, recreação e desporto.

Progressos importantes obtidos na saúde

- Tem-se empenhado na protecção da saúde física e mental dos residentes. Em 2018, a esperança média de vida dos residentes locais atingiu os 83,7 anos de idade, posicionando Macau nos primeiros lugares a nível mundial.
- Prolongaram-se o horário de serviço de consultas externas de especialidade do hospital e o horário de funcionamento dos centros de saúde. Em 2018, os atendimentos no Centro Hospitalar Conde de São Januário e nos centros de saúde em comparação com 2015, cresceram entre 5% e 25%.
- Implementou-se plenamente o controlo do tabaco, aperfeiçoou-se o mecanismo de prevenção e controlo de doenças transmissíveis e de contingência, bem como alargou-se a cobertura de pessoas e dos tipos de cancro nos programas de rastreio.
- Criaram-se o Serviço de Geriatria, o Centro de Avaliação e Tratamento da Demência e o Centro de Apoio à Demência, bem como estabeleceram-se o Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica e o Centro de Reabilitação Pediátrica, reduzindo-se significativamente o tempo de espera para a avaliação e o tratamento na intervenção precoce.
- Em 2019, estabeleceu-se a Academia Médica, promovendo a adaptação do sistema de saúde às normas internacionais.



Inauguração oficial do Arte Macau

Acelerar o desenvolvimento educativo e a formação de quadros

- Elaboraram-se a nova lei do Regime do Ensino Superior e os respectivos regulamentos complementares, estabeleceu-se o Fundo do Ensino Superior e implementou-se o regime de avaliação da qualidade. Criaram-se 4 laboratórios de referência do Estado e registou-se um aumento significativo da influência dos resultados da investigação científica local.
- A educação do amor pela Pátria e por Macau alcançou novos sucessos. Em 2018, concretizaram-se os procedimentos para o hastear e a exibição da Bandeira Nacional em todas as escolas de Macau. Cerca de 80% das escolas escolheram e utilizaram como referência materiais didácticos locais da disciplina da História. O número de graduados do ensino secundário que optaram por prosseguir estudos no Interior da China atingiu 30,9% no ano lectivo 2018/2019.
- Foram implementadas a primeira, segunda e terceira fases do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, verificando-se, até 2019, uma participação de residentes que ultrapassou mais de um milhão de pessoas.
- O projecto Obra de Céu Azul veio solucionar basicamente o problema das escolas instaladas nos pódios de edifícios. A área escolar, por aluno, aumentou de 11,55 m², em 2013, para 12,4 m², em 2018.

Prestar atenção aos grupos vulneráveis e otimizar as garantias do bem-estar

- Promulgou-se o Regime da Qualificação Profissional dos Assistentes Sociais, promovendo o desenvolvimento do serviço social rumo a uma maior profissionalização.
- Optimizaram-se as garantias dos residentes de Macau na aposentação. Em 2016, procedeu-se à injeção extra de capitais de 37 mil milhões de patacas no Fundo de Segurança Social e constituiu-se o regime da segurança social de dois níveis em 2018.
- De 2015 a 2019, aumentaram-se três vezes os valores da pensão para idosos e da pensão de invalidez, entre outras prestações e os montantes do apoio especial destinado aos três tipos de famílias em situação vulnerável cresceram entre 20% a 50%.
- Optimizou-se o ambiente da prestação de cuidados a crianças e idosos. Em 2019, as vagas nas creches aumentaram cerca de 30% em comparação com 2015 e o número de vagas nos lares de idosos cresceu cerca de 42%.

Potenciar de forma integrada as áreas da cultura, turismo e desporto

- Promoveu-se proactivamente o desenvolvimento de Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer. Em 2017, Macau foi classificada, pela UNESCO, como Cidade Criativa de Gastronomia.
- Realizou-se o Festival de Luz de Macau, o Festival Internacional de Cinema e Cerimónia de Entrega de Prémios · Macau e a Exposição Internacional de Turismo (Indústria) de Macau e aumentou-se a visibilidade de Macau a nível internacional.
- Lançou-se o mega-evento artístico-cultural “Arte Macau” e realizou-se o Festival de Artes e Cultura entre a China e os Países de Língua Portuguesa, criando marcas culturais de reconhecido prestígio.
- A Coleção das “Chapas Sínicas” foi inscrita no Registo da Memória do Mundo para a Ásia-Pacífico e no Registo da Memória do Mundo.
- Os atletas de Macau conquistaram resultados históricos nos Jogos Asiáticos de 2018, na Indonésia. A área desportiva *per capita* em Macau atingiu, em 2018, 1,34 m² e o nível geral da condição física dos residentes melhorou consideravelmente.

Transportes e Obras Públicas

Melhorar a qualidade de vida da população e qualificar a área urbana da Região

Administrativa Especial de Macau, tendo em conta o posicionamento estratégico de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer, são as metas deste Governo que têm orientado a acção governativa da tutela dos Transportes e Obras Públicas.

1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO

- Início da elaboração do Plano Director de Macau;
- Promoção da construção da quarta ligação Macau – Taipa e início do estudo sobre a quinta ligação;
- Promoção dos trabalhos da renovação urbana;
- Gestão dos terrenos de acordo com a Lei de Terras.

2. INFRAESTRUTURAS

- Promoção das obras dos Novos Aterros;
- Conclusão da Zona de Administração do Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, tendo a data da sua entrada em funcionamento coincido com a da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau;
- Promoção da construção do Metro Ligeiro e entrada em funcionamento da Linha da Taipa;
- Promoção da construção de habitação pública e início dos projectos dos terrenos da Zona A destinados à habitação pública;
- Promoção das obras do novo acesso entre Guangdong e Macau;
- Concepção preliminar da comporta do Porto Interior.

3. TRANSPORTES

- Controlo antecipado, em 2016, da percentagem de crescimento anual do número de veículos em menos de 3,5%;
- Continuação dos trabalhos de melhoria dos serviços de autocarros;
- Entrada em vigor do Regime Jurídico do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer e dos três regulamentos administrativos complementares à nova lei;
- Promoção contínua das redes pedonais e incentivo à deslocação verde;
- Conclusão do Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau e a respectiva implementação programada;
- Entrada em funcionamento do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa.

4. HABITAÇÃO

- Entrada em vigor do Regime Jurídico da Habitação Social, que definiu um mecanismo permanente de candidatura e de saída dos agregados familiares arrendatários que ultrapassem o limite máximo do rendimento;
- Entrega da proposta de Lei da Habitação Económica à Assembleia Legislativa;
- Conclusão do estudo sobre a procura de habitação pública em Macau;
- Aceleração dos procedimentos para a celebração das escrituras públicas de compra e venda com os adquirentes de habitação económica.

5. PROTECÇÃO AMBIENTAL

- Entrada em vigor da lei relativa às restrições ao fornecimento de sacos de plástico;
- Transferência, a título experimental, de automóveis ligeiros, motociclos e ciclomoteres obsoletos para o Interior da China para serem transformados em recursos;
- Implementação da utilização de materiais inertes resultantes de demolições e construções, após a respectiva selecção, nas obras de aterro na Zona D dos Novos Aterros Urbanos;
- Lançamento do plano de recolha de resíduos alimentares, electrónicos e eléctricos.



Infraestruturas concluídas no quarto mandato do Governo da RAEM

Comissariado contra a Corrupção

Em 2019, o CCAC continuou a seguir a orientação da mesma

valorização da repressão e da prevenção da corrupção, cumprindo a sua missão no combate à corrupção e na promoção da integridade, havendo um empenho na fiscalização do funcionamento dos serviços públicos e desenvolvendo, de forma diversificada, acções de promoção dos valores de integridade.

No âmbito do combate à corrupção

- Desenvolveram-se os trabalhos sempre dentro da legalidade, com uma atitude pragmática na procura da verdade, de forma rigorosa e discreta, demonstrando o espírito de persistência e firmeza do pessoal no combate à corrupção e investigando todos os casos exaustivamente.
- Reforçaram-se as técnicas de execução da lei no âmbito do combate à corrupção, optimizando-se os equipamentos necessários, tendo-se alcançado os objectivos e os resultados previstos nas linhas de acção governativa no âmbito do combate à corrupção.
- A conclusão da investigação do caso de corrupção que envolveu os principais cargos de direcção e chefe do IPIM provocou uma atitude mais determinada, por parte das autoridades relevantes, na supressão das lacunas existentes no sistema de imigração e no aperfeiçoamento da política de importação de pessoal qualificado.
- Desenvolveu-se o combate, de forma severa, aos crimes relacionados com os bens do domínio público, com o abuso de funções públicas e com outros crimes que prejudicam o interesse público; tendo-se acompanhado atentamente o risco de se registarem crimes de corrupção no sector privado, procurando promover uma gestão honesta e o desenvolvimento saudável das entidades privadas.
- Cumpriu-se, nos termos da lei, a competência de fiscalização relativamente à eleição para o Chefe do Executivo do quinto Governo, assegurando-se a integridade e a imparcialidade no procedimento eleitoral.

No âmbito da provedoria de justiça

- Desempenharam-se as funções da provedoria de justiça em cumprimento da lei, procedendo, com seriedade, à investigação de todos os casos provenientes das queixas e das denúncias recebidas, bem como dos casos instaurados por iniciativa própria, detectando-se ilegalidades ou irregularidades nos procedimentos administrativos e actuou-se de forma célere na tomada das providências consideradas necessárias, avaliando-se os motivos das falhas verificadas nos regimes em causa e apresentando-se as respectivas propostas de melhoramento.
- Procedeu-se à fiscalização de proximidade relativamente às áreas de particular preocupação da sociedade, designadamente no que respeita à concessão de terrenos e ao recrutamento de trabalhadores da função pública, apelando ao Governo no sentido de prestar uma maior atenção às questões relacionadas com estas áreas.
- Procedeu-se, de forma aprofundada, à análise e revisão do regime jurídico-penal e do regime disciplinar dos trabalhadores da função pública no âmbito do combate à corrupção, por forma a satisfazer as exigências da sociedade quanto ao reforço da construção de uma sociedade íntegra.
- Procedeu-se, juntamente com outros serviços relevantes, ao preenchimento do questionário de auto-avaliação relativo à situação de cumprimento da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção por parte da RAEM, sendo que os respectivos trabalhos de avaliação continuarão a ser alvo de acompanhamento no decorrer do próximo ano.

No âmbito da sensibilização e das relações comunitárias

- Desenvolveram-se, de forma diversificada, acções de sensibilização para a integridade destinadas a trabalhadores da função pública, a empregados de entidades comerciais e à generalidade dos cidadãos, a jovens e estudantes do ensino infantil, primário e secundário.
- Através das Delegações do CCAC, disponibilizaram-se aos cidadãos meios convenientes para a apresentação de queixas, denúncias e pedidos de consulta; mobilizando-se o Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa para a participação em actividades comunitárias, com vista a angariar o apoio da população em geral na construção de uma sociedade íntegra.

Comissariado da Auditoria

De harmonia com os objectivos delineados nas linhas de acção governativa, o Comissariado

da Auditoria (CA), no âmbito da função de fiscalização que lhe compete, tem vindo a desenvolver em 2019 as actividades de auditoria de forma consistente. O CA empenhou-se em promover o aperfeiçoamento da administração pública, a qualidade dos serviços públicos e a valorização dos seus recursos, nomeadamente, através dos relatórios de auditoria a diversos empreendimentos ou programas públicos e respectivo acompanhamento das sugestões ou opiniões de auditoria suscitadas.

Auditoria financeira

O CA concluiu o “Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2018” conforme a calendarização estabelecida. Com a publicação da Lei do Enquadramento Orçamental e a sua entrada em vigor, o CA teve de actualizar, por esse motivo, o Despacho do Comissário da Auditoria, por forma a recolher com eficiência e eficácia as contas e informações financeiras dos sujeitos a auditoria.

Auditoria financeira baseada em tecnologias de informação e comunicação

O CA celebrou um Memorando de Cooperação com o Centro de Tecnologia Informática do Gabinete de Auditoria Nacional, e assegurou uma plena fiscalização técnica de actualização e modificação do Programa Informático de Auditoria *in loco* (edição de Macau). O CA desenvolveu por si próprio um “Programa Informático para Verificação de Dados Electrónicos” em resposta ao novo regime de contabilidade pública para uso dos serviços públicos.

Auditorias de resultados e específicas

Através de auditorias de resultados e específicas, o CA tem em vista não só prestar atenção aos resultados de execução das políticas definidas pelo Governo da RAEM e executadas por parte dos sujeitos a auditoria, como também identificar, de forma fundamentada, os problemas relevantes. O CA tem apresentado sugestões e opiniões pertinentes sobre as acções da administração pública que produzem impactos negativos, tendo em vista melhorar o desempenho das funções dos serviços públicos, procurar eliminar as lacunas existentes e evitar a repetição de negligências ou de erros semelhantes.

Formação de pessoal

O CA tem proporcionado aos quadros técnicos oportunidades de actualização ou valorização profissional através da sua participação regular em cursos ou outras acções de formação.

Intercâmbio na área de auditoria

O CA tem mantido o contacto com a Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INCOSAI), a Organização Asiática das Instituições Superiores de Auditoria (ASOSAI), o Gabinete de Auditoria Nacional, a Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OIS/CPLP), e o Departamento de Auditoria da Província de Guangdong, para promover o intercâmbio na área de auditoria.

Cultura de auditoria

O CA continuou a realçar a importância da actividade de auditoria, através de acções de sensibilização, nomeadamente no domínio da boa aplicação dos dinheiros públicos e tendo como principais destinatários os trabalhadores dos serviços públicos, os estudantes do ensino superior, as principais associações e os *think-tanks*.

Queixas e opiniões apresentadas pelo público

O CA está dotado de um mecanismo para os cidadãos apresentarem as suas queixas e opiniões sobre a qualidade de serviços prestados pelos serviços e organismos públicos, nomeadamente de problemas relacionados com o funcionamento inadequado dos serviços ou de desperdício de recursos por parte do pessoal do Governo, as quais são objecto de acompanhamento por parte do CA ou encaminhadas para os serviços públicos competentes para serem estudadas ou solucionadas.

Indicadores Principais do Desenvolvimento Económico e Social de Macau - 2009 a 2018

ECONOMIA E SOCIEDADE

Taxa de crescimento de 2018 em comparação com 2009

↑ 63,3%
PIB

↑ 33,1%
PIB per capita

↑ 88,2%
Mediana do rendimento mensal do emprego

↑ 25,1%
População total

↑ 407,6%
Reserva financeira¹

↑ 11,6%
Reserva cambial

Indicador	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB (milhões)	260.152	325.877	396.503	433.128	481.639	475.854	373.096	369.895	405.790	424.895
PIB per capita (patacas)	483.401	606.938	722.264	760.297	809.818	765.224	581.599	572.726	625.254	643.537
Taxa de desemprego em geral (%)	3,5	2,8	2,6	2,0	1,8	1,7	1,8	1,9	2,0	1,8
Mediana do rendimento mensal do emprego (patacas)	8.500	9.000	10.000	11.300	12.000	13.300	15.000	15.000	15.000	16.000
Taxa de inflação (%)	1,17	2,81	5,81	6,11	5,50	6,05	4,56	2,37	1,23	3,01
População total (mil pessoas)	533,3	540,6	557,4	582,0	607,5	636,2	646,8	644,9	653,1	667,4
Reserva financeira (mil milhões de patacas)	—	—	—	100,24	168,9	246,34	345,05	438,66	490,04	508,8
Reserva cambial (mil milhões de patacas)	146,58	190,19	272,37	132,54 ²	128,95	131,39	150,81	155,67	162,31	163,6

Obs 1: Taxa de crescimento de 2018 em comparação com 2012.

Obs 2: De acordo com o «Regime Jurídico da Reserva Financeira», entrado em vigor no dia 1 de Janeiro de 2012, a reserva financeira deve ser gerida separadamente da reserva cambial, e transferida para uma conta nova. A mobilização das verbas foi já efectuada em Fevereiro de 2012.

EDUCAÇÃO

Taxa de crescimento de 2018 em comparação com 2009

↑ 166%
Despesa do Governo segundo as funções educativas

↑ 15,8%
Taxa bruta de escolarização no ensino secundário complementar

↑ 17,8%
Percentagem da população activa com nível de ensino superior concluído no total da população activa

Indicador	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Despesa do Governo segundo as funções educativas (milhões)	4.372	5.776	7.955	11.360	8.023,7	8.580	9.515	10.101	10.509	11.630
Taxa bruta de escolarização no ensino secundário complementar (%)	76,7	78,5	81,7	87,4	88,4	92,5	94,7	93,9	93,9	92,5
Percentagem da população activa com nível de ensino superior concluído no total da população activa (%)	20,3	20,9	23,2	26,2	29,5	31,2	34,1	34,3	36,5	38,1

SAÚDE

Taxa de crescimento de 2018 em comparação com 2009

↑ 159,7%
Despesa do Governo na área da saúde

↑ 1,5
Esperança média de vida³

↑ 0,2
Número de médicos por mil habitantes³

↑ 0,9
Número de enfermeiros por mil habitantes³

↑ 0,6
Número de camas por mil habitantes³

Indicador	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Despesa do Governo na área da saúde (milhões)	2.844	3.119	3.935	4.228	4.447,8	5.299	6.572	6.989	7.362	7.385
Esperança média de vida (anos)	82,2	82,3	82,4	82,6	82,6	82,9	83,2	83,3	83,4	83,7
Número de médicos por mil habitantes	2,4	2,5	2,6	2,5	2,5	2,5	2,6	2,7	2,6	2,6
Número de enfermeiros por mil habitantes	2,8	2,8	2,9	3,0	3,1	3,1	3,5	3,6	3,7	3,7
Número de camas por mil habitantes	2,5	2,6	2,6	2,8	2,7	2,7	2,8	3,0	3,0	3,1

Obs 3: Valores de crescimento acumulado de 2009 a 2018.

SEGURANÇA SOCIAL

Taxa de crescimento de 2018 em comparação com 2009



Despesa do Governo segundo as funções da segurança social

↑ 212,2%

Indicador	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Despesa do Governo segundo as funções da segurança social (milhões)	5.781	9.449	9.946	10.790	8.292,7	14.443	15.681	17.078	18.299	18.050

HABITAÇÃO

Taxa de crescimento de 2018 em comparação com 2009

↑ 135%
Número de habitações sociais

↑ 52%
Número de habitações económicas

Indicador	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Número de habitações sociais (fracções autónomas)	5.954	7.214	7.571	7.917	12.589	12.589	13.326	14.020	14.020	14.020
Número de habitações económicas (fracções autónomas)	24.558	24.558	25.438	28.141	32.984	32.984	32.984	33.754	34.042	37.212